Itauseg Seguradora S.A. Demonstrações financeiras em

Demonstrações financeiras em 30 de junho de 2018 e relatório do auditor independente





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Itauseg Seguradora S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Itauseg Seguradora S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itauseg Seguradora S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às



Itauseg Seguradora S.A.

entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos
 procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de
 expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.



Itauseg Seguradora S.A.

 Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2018

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/0-5

Carlos Eduardo Sá da Matta Contador CRC 1Sl 210397/0-5

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - PRIMEIRO SEMESTRE - 2018

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Itauseg Seguradora S.A. relativos ao período de janeiro a junho de 2018, os quais seguem as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

1. Mercado Brasileiro

1.1 Mercado de Seguridade (Seguros, Previdência e Capitalização)

No período de janeiro a junho de 2018, o faturamento do conjunto dos mercados supervisionados pela SUSEP apresentou crescimento de 0,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, com cerca de R\$ 117,2 bilhões em vendas de seguros (prêmios emitidos), previdência (contribuição) e capitalização (arrecadação), destacandose os segmentos de seguros.

No acumulado de janeiro a junho de 2018, a participação do mercado brasileiro de seguros, previdência e capitalização no PIB(*) foi de 3,5%, queda de 0,12 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em junho de 2018, o total das provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização ultrapassou R\$ 941,5 bilhões, apresentando aumento de 12,0% em relação ao mesmo período do ano anterior.

(*) O percentual de participação no PIB, para cada um dos mercados supervisionados, é definido como a relação entre o volume de receitas do respectivo mercado e o Produto Interno Bruto (PIB) do País.

1.2 Mercado de Seguros

No acumulado de janeiro até junho de 2018, os prêmios ganhos do mercado brasileiro atingiram R\$ 45,1 bilhões líquidos de resseguro, com crescimento de 6,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento foi influenciado pelas maiores receitas dos produtos de pessoas e automóvel.

O índice de sinistralidade do mercado de seguros, que é obtido por meio da divisão dos sinistros retidos pelos prêmios ganhos líquidos de resseguro, alcançou 42,9% no acumulado de janeiro até junho de 2018, com queda de 2,99 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente aos produtos de crédito e grandes riscos.

As provisões técnicas de seguros atingiram R\$ 113,7 bilhões, aumento de 8,5% em relação a junho de 2017.

2. Desempenho

 Em janeiro de 2018 foi encerrado o convênio de seguros DPVAT (Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre), impactando os resultados e o patrimônio da companhia.

2.1 Resultados

- O lucro líquido atingiu R\$ 2,5 milhões, redução de 46,3% em relação ao mesmo período de 2017.
- Os Prêmios Ganhos totalizaram R\$ 6,6 milhões no período, uma redução de 78,7% em relação ao mesmo período de 2017.
- Houve a redução de sinistros e custos de aquisição¹.
- O índice combinado² foi de 79,3%, com redução de 8,5 p.p. em relação ao mesmo período de 2017.

¹Os custos de aquisição diferidos de seguros diretos são os custos incorridos para vender, subscrever e iniciar um novo contrato de seguro

²O índice combinado é a soma dos sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, outras receitas e despesas operacionais e despesas tributárias dividida pelos prêmios ganhos. Quanto menor o indicador, melhor é o desempenho operacional.

2.2 Patrimonial

Variações de 30 de junho de 2018 em relação a 31 de dezembro de 2017:

- As provisões técnicas de seguros somaram R\$ 12,2 milhões, redução de 85,5%.
- O total de ativos alcançou R\$ 95,9 milhões, redução de 42,2%.
- O patrimônio líquido atingiu R\$ 78,1 milhões, acréscimo de 3,3%.

3. Distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito ao dividendo obrigatório correspondente a importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado em cada exercício, conforme disposto no Estatuto Social.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos clientes pela confiança que nos é atribuída.

São Paulo, 27 de agosto de 2018.

A Administração

DIRETORIA

Diretor Presidente LUIZ EDUARDO LOUREIRO VELOSO

Diretores

ADRIANO CABRAL VOLPINI CARLOS HENRIQUE DONEGÁ AIDAR EDUARDO HIROYUKI MIYAKI LUIZ FERNANDO BUTORI REIS SANTOS

Atuária

MARINA HELENA GUERRA DA COSTA MIBA: 1385

Contador

RODRIGO ANDRADE DE MORAIS CRC - 1SP - 220.814/O-6

Sede: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Torre Conceição, 9º andar - Parque Jabaquara - São Paulo - SP

Balanço Patrimonial

(Em Milhares de Reais)

ATIVO	NOTAS	30/06/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		94.764	164.255
DISPONÍVEL - Caixa e Bancos	2.5a	463	643
APLICAÇÕES	2.5b e 3	91.260	158.041
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		689	1.080
Prêmios a Receber	4bII	689	995
Operações com Seguradoras		-	85
OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS		140	498
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		550	550
Títulos e Créditos a Receber		548	548
Outros Créditos		2	2
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS - Seguros	4d	1.662	3.443
ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.086	1.511
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.086	1.511
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		1.028	1.021
Créditos Tributários e Previdenciários	6b	62	55
Depósitos Judiciais e Fiscais		38	38
Outros Créditos Operacionais		928	928
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS - Seguros	4d	58	490
TOTAL DO ATIVO		95.850	165.766

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTAS	30/06/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		17.635	89.155
CONTAS A PAGAR		3.842	3.044
Obrigações a Pagar		2.496	2.713
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	2.5c	-	3
Impostos e Contribuições		1.346	328
DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		369	829
Prêmios a Restituir		53	53
Operações com Seguradoras		108	117
Corretores de Seguros e Resseguros		208	254
Outros Débitos Operacionais		-	405
DEPÓSITOS DE TERCEIROS	4 j	1.217	1.266
PROVISÕES TÉCNICAS - Seguros	4cll	12.207	84.016
Danos		-	66.908
Pessoas		12.207	17.108
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		139	1.030
PROVISÕES TÉCNICAS - Seguros - Pessoas	4cll	7	902
OUTROS DÉBITOS - Provisões Judicias		132	128
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7	78.076	75.581
Capital Social		56.578	56.578
Reservas de Lucros		21.498	19.003
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		95.850	165.766

Demonstração do Resultado

(Em Milhares de Reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)

	NOTAS	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
OPERAÇÕES DE SEGUROS		2.930	7.792
Prêmios Emitidos	4bIII	1.826	21.969
Variação das Provisões Técnicas de Prêmios		4.792	9.030
Prêmios Ganhos		6.618	30.999
Receita com Emissão de Apólices		-	1.422
Sinistros Ocorridos		23	(14.804)
Custos de Aquisição		(3.510)	(8.663)
Outras Receitas e Despesas Operacionais		(201)	(1.162)
Despesas Administrativas	5a	(992)	(2.050)
Despesas com Tributos	6all	(565)	(1.938)
Resultado Financeiro	5b	2.826	5.197
Resultado Patrimonial		158	-
RESULTADO OPERACIONAL		4.357	9.001
Ganhos ou Perdas com Ativos não Correntes		56	-
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		4.413	9.001
Imposto de Renda	6al	(1.059)	(2.412)
Contribuição Social	6al	(859)	(1.946)
LUCRO LÍQUIDO		2.495	4.643
Quantidade de ações	7a	23.528	35.294.118
Lucro Líquido por ação	2.5f	106,03	0,13

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Nota 7)

(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas d	Reservas de Lucros		Total do Patrimônio	
		Legal	Estatutária		Líquido	
SALDOS EM 01/01/2017	56.578	2.651	10.570	-	69.799	
Lucro Líquido	-	-	-	4.643	4.643	
Reservas	-	232	4.411	(4.643)	-	
SALDOS EM 30/06/2017	56.578	2.883	14.981	· -	74.442	
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	232	4.411	-	4.643	
SALDOS EM 01/01/2018	56.578	3.030	15.973	-	75.581	
Lucro Líquido	-	-	-	2.495	2.495	
Reservas	-	125	2.370	(2.495)	-	
SALDOS EM 30/06/2018	56.578	3.155	18.343	` <u>-</u>	78.076	
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	125	2.370	-	2.495	

ITAUSEG SEGURADORA S.A. Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Em Milhares de Reais)

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.488	6.763
Lucro Líquido do período	2.495	4.643
Ajustes para:	(7)	2.120
Tributos Diferidos	(7)	2.120
VARIAÇÃO NAS CONTAS PATRIMONIAIS	(1.762)	(5.582)
Ativos Financeiros	66.780	(2.214)
Créditos das Operações de Seguros	749	(4.519)
Títulos e Créditos a Receber	-	(187)
Custos de Aquisição Diferidos - Seguros	2.214	5.072
Obrigações a Pagar	(217)	369
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	(3)	(6)
Impostos e Contribuições	1.924	2.301
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	(459)	2.880
Depósitos de Terceiros	(49)	530
Provisões Técnicas - Seguros	(72.704)	(9.789)
Outros Passivos	3	(19)
CAIXA GERADO/(CONSUMIDO) PELAS OPERAÇÕES	726	1.181
Imposto sobre os Lucros Pagos	(906)	(1.838)
CAIXA LÍQUIDO GERADO/(CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(180)	(657)
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (Nota 2.5a)	(180)	(657)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	643	1.241
Caixa e equivalente de caixa no final do período	463	584

ITAUSEG SEGURADORA S.A. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PERÍODO DE 01/01 A 30/06 DE 2018

(Em Milhares de Reais)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Itauseg Seguradora S.A. (ITAUSEG SEGURADORA) é uma empresa do Conglomerado Itaú Unibanco e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em seguros de danos e de pessoas em todas as regiões do País, conforme definido na legislação vigente. Está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 – Torre Conceição - 9° andar – Parque Jabaquara – São Paulo – SP.

A principal acionista da ITAUSEG SEGURADORA é a Itaú Participação Ltda, empresa do Conglomerado Itaú Unibanco, com participação de 99,99%.

As operações da ITAUSEG SEGURADORA são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 27 de agosto de 2018.

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Estas Demonstrações Financeiras apresentadas, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pela SUSEP, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, na forma homologada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores.

Conforme determina o artigo 134, parágrafo 3º da Circular nº 517/2015 e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação (Nota 3a) são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimentos.

A ITAUSEG SEGURADORA não apresenta a Demonstração Do Resultado Abrangente por não possuir outros resultados abrangentes nos períodos.

2.2 NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUCIAMENTOS EXISTENTES

a) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o Período Findo em 30 de junho de 2018

Não houve novos pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 30 de junho 2018.

b) Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros

- CPC 48 Instrumentos Financeiros Inclui: (a) um modelo lógico para classificação e mensuração; (b) um modelo único de *impairment* para instrumentos financeiros, que oferece uma resposta às perdas esperadas; (c) a remoção da volatilidade em resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (d) uma nova abordagem para a contabilidade de hedge. O pronunciamento revoga, a partir de 1º de janeiro de 2018, o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Entretanto, para as empresas reguladas pela SUSEP, a vigência será aplicável de acordo com as orientações deste regulador.
- IFRS 17 Contratos de Seguros: Em maio de 2017, International Accounting Standards Board -IASB emitiu a IFRS 17 – Contratos de Seguros, norma que substitui a atual IFRS 4 – Contratos de

Seguros (CPC 11 – Contratos de Seguros), com vigência para 2021. Até o momento, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC não emitiu pronunciamento correlato.

 Alteração da Estrutura Conceitual: Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (Conceptual Framework) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020 e os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até sua data de entrada em vigor.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Financeiras da ITAUSEG SEGURADORA estão apresentadas em Reais, que é a sua moeda funcional e de apresentação destas Demonstrações Financeiras.

2.4 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com os CPCs exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Financeiras, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os exercícios apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em acordo com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis. As estimativas julgamentos são contínuamente avaliadas, considerando a experiência passada e outros fatores.

As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Conforme explicação na Nota 2.5c, Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que a ITAUSEG SEGURADORA irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos.

b) Valor Justo de Instrumentos Financeiros

A ITAUSEG SEGURADORA classifica as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração. Os níveis referentes à hierarquia de valor justo e as metodologias usadas para avaliar determinados Instrumentos Financeiros, estão detalhados na Nota 2.5b – Valor Justo.

A ITAUSEG SEGURADORA acredita que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado que independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

c) Passivos Contingentes

A ITAUSEG SEGURADORA revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis, são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica "Outros Débitos - Provisões Judiciais".

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

d) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

A ITAUSEG SEGURADORA avalia os ativos a fim de verificar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. Este procedimento, realizado semestralmente, submete os ativos à análise tanto qualitativa quanto quantitativa, sendo que todos os ativos são avaliados.

Perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável. O valor recuperável de cada ativo é calculado como o maior valor entre o valor em uso (soma dos fluxos de caixa antes de imposto estimados descontados à data presente) e o valor justo menos seu custo de venda (preço de mercado subtraído das despesas de transação). Para fins de avaliar a redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável.

Nos períodos findos em 30/06/2018 e 31/12/2017 não houve indicação de redução ao valor recuperável de ativos.

e) Provisões Técnicas de Seguros

As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações da ITAUSEG SEGURADORA para com os seus segurados. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta duração (seguros de danos), ou de média ou de longa duração (seguros de vida).

A determinação do valor do passivo atuarial depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbidade, despesas, frequência de sinistros, severidade e conversão em renda, resgates e rentabilidade sobre ativos.

As estimativas dessas premissas baseiam-se na experiência histórica da ITAUSEG SEGURADORA, benchmarks de mercado, normativos regulatórios e na experiência do atuário, que busca convergência às melhores práticas do mercado e objetiva a revisão contínua do passivo atuarial. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessárias, são reconhecidos no resultado do respectivo exercício.

2.5 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

A ITAUSEG SEGURADORA define como Caixa e Equivalentes de Caixa as disponibilidade (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial na rubrica Disponível) e aplicações com prazo original igual ou inferior a 90 dias.

b) Aplicações, Ativos e Passivos Financeiros

Todos os ativos e passivos financeiros devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

A ITAUSEG SEGURADORA classifica seus Ativos e Passivos Financeiros nas seguintes categorias:

- Ativos Financeiros Mantidos para Negociação;
- II. Ativos Financeiros Disponíveis para Venda;
- III. Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento;
- IV. Empréstimos e Recebíveis:
- V. Passivos Financeiros ao Custo Amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

As compras e as vendas regulares de ativos e passivos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

I- Ativos Financeiros Mantidos para Negociação

São os ativos adquiridos principalmente com o intuito de venda no curto prazo. Os ativos incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração do Resultado. Os ganhos e perdas oriundas de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração do Resultado na rubrica Resultado Financeiro, bem como as receitas e despesas de juros e rendimentos.

II- Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

São os ativos que podem ser vendidos em resposta ou em antecipação a alterações nas condições de mercado e não forem classificados em outra categoria de Ativos Financeiros.

Os Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são inicialmente e subsequentemente contabilizados no Balanço Patrimonial pelo seu valor justo, mais os custos de transação. Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos são reconhecidos na Demonstração do Resultado, na rubrica Resultado Financeiro.

III- Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

São Ativos Financeiros não derivativos, que ITAUSEG SEGURADORA em a firme intenção e capacidade financeira de manter até o vencimento.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente a valor justo, que é o valor pago incluindo os custos de transação e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando-se a taxa efetiva de juros. Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são apresentados na Demonstração do Resultado, na rubrica Resultado Financeiro.

IV- Empréstimos e Recebíveis

A ITAUSEG SEGURADORA classifica como Empréstimos e Recebíveis as seguintes rubricas do Balanço Patrimonial: Crédito das Operações com Seguros e Resseguros e Títulos e Créditos a Receber.

V- Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

Os passivos financeiros que não são classificados como a valor justo através do resultado estão classificados nesta categoria e inicialmente são reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na Demonstração do Resultado em Resultado Financeiro.

As receitas de juros são reconhecidas na Demonstração do Resultado, na rubrica Resultado Financeiro.

Valor Justo

A Seguradora deve classificar as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração.

Nível 1: Preços (cotações) disponíveis em mercados ativos.

Nível 2: Informações que não sejam preços (cotações) de ativos e passivos idênticos, ou seja, utiliza-se inputs observáveis, como juros, volatilidade,etc.

Nível 3: Utiliza-se inputs não observáveis, baseados em premissas próprias da Seguradora.

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Ativos Financeiros Disponíveis para Venda – Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses

casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para a definição de preço. Na ausência de preço cotado na ANBIMA, os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado (corretoras). Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações nem depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima. Os valores justos são apurados com base em seus preços cotados de mercado.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável e são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Impostos e Encargos Sociais a Recolher e Créditos Tributários e Previdenciários, respectivamente.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculos contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. O benefício fiscal dos prejuízos fiscais a compensar é reconhecido como ativo. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Títulos e Créditos a Receber – Créditos Tributários e Previdenciários.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram para efeito de cálculo as respectivas bases e legislação vigente pertinente a cada encargo:

Imposto de Renda 15% Adicional de Imposto de Renda 10% Contribuição Social (*) 20%

(*) Em 06 de outubro 2015 foi publicada a Lei nº13.169, conversão da Medida Provisória nº 675, que elevou a alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% até 31 de dezembro de 2018 para instituições financeiras, seguradoras e administradoras de cartão de crédito. Para as demais empresas a alíquota continua a 9%.

d) Contratos de Seguros

Contrato de seguro é um contrato em que o emissor aceita um risco de seguro significativo da contraparte concordando em compensá-lo se um evento futuro incerto específico afetá-lo adversamente.

Os contratos de investimento com características de participação discricionária são instrumentos financeiros, mas são tratados como contratos de seguro, conforme previsto pelo CPC 11, assim como aqueles que transferem risco financeiro significativo. Esses contratos podem ser reclassificados como contratos de seguro após sua classificação inicial se o risco de seguro tornar-se significativo.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse exercício, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

A Nota 4 apresenta uma descrição detalhada dos produtos classificados como contratos de seguros.

Prêmios de Seguros

Os prêmios de seguros são contabilizados pela emissão da apólice ou no decorrer do período de vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido. Os prêmios de seguros são contabilizados como receita na Demonstração do Resultado, na rubrica Prêmios Emitidos.

Se há evidência de perda pelo valor recuperável relacionado aos recebíveis de prêmios de seguros, a ITAUSEG SEGURADORA constitui uma provisão suficiente para cobrir tal perda, conforme metodologia própria.

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição incluem os custos diretos relacionados à originação de seguros. Estes custos, com exceção das comissões pagas aos corretores e a outros, são lançados diretamente no resultado quando incorridos. Já as comissões são diferidas e lançadas proporcionalmente ao reconhecimento das receitas de prêmios, ou seja, ao longo do exercício de cobertura do risco das respectivas apólices.

Passivos de Contratos de Seguros

As provisões para sinistros são estabelecidas com base na experiência histórica, sinistros em processo de pagamento, valores projetados de sinistros incorridos, mas ainda não reportados e outros fatores relevantes aos níveis exigidos de provisionamento. As despesas relacionadas ao reconhecimento dos passivos de contratos de seguros são registradas na Demonstração do Resultado na rubrica Sinistros Ocorridos.

Derivativos Embutidos

Não há derivativos embutidos em nossos contratos de seguros que devam ser separados ou mensurados a valor justo.

Teste de Adequação do Passivo

As Seguradoras de seguro devem analisar a adequação de seus passivos de seguros a cada exercício de apresentação através de um teste mínimo de adequação. Realizou-se o teste de adequação dos passivos utilizando-se de premissas atuariais correntes do fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro em aberto na data de balanço, conforme instituído pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores.

Como resultado deste teste, caso a análise demonstrasse que o valor contábil dos passivos de seguros (deduzindo-se os custos diferidos de aquisição dos contratos e ativos intangíveis de seguros) é inferior aos fluxos de caixa futuros esperados do contrato, seria contabilizada imediatamente no resultado do exercício qualquer deficiência identificada (após o lançamento dos custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis relacionados às carteiras deficitárias conforme a política contábil). Para a realização do teste de adequação, os contratos de seguros são agrupados, de acordo com a legislação vigente, em carteiras que estão sujeitas, de forma geral, a riscos similares e cujos riscos são gerenciados conjuntamente como uma única carteira. O teste abrange tanto seguros de danos como os seguros de vida.

As premissas utilizadas para efetuar o teste de adequação do passivo estão detalhadas na Nota 4.

e) Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

São direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, exceto quando a Administração da ITAUSEG SEGURADORA entende que sua realização é praticamente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios movido por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências são classificadas como:

- Prováveis: as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial, na rubrica Outros Débitos – Provisões Judiciais;
- Possíveis: as quais são divulgadas nas Demonstrações Financeiras, não sendo nenhuma provisão registrada; e
- Remotas: as quais não requerem provisão e divulgação.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

A ITAUSEG SEGURADORA, com base na opinião de seus assessores legais, não está envolvida em processos administrativos ou judiciais, que posam afetar significativamente os resultados de suas operações.

f) Lucro por Ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do Lucro Líquido atribuído aos controladores da ITAUSEG SEGURADORA pelo número de ações ordinárias em circulação em cada exercício. Como não há fatores de diluição, o lucro básico e lucro diluído é o mesmo.

g) Receitas

As receitas de prêmio dos contratos de seguros são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices por meio da constituição/reversão da Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG. O Imposto sobre Operações Financeiras - IOF a recolher, incidente sobre os prêmios a receber, é registrado no passivo da seguradora e é recolhido simultaneamente ao prêmio.

NOTA 3 - APLICAÇÕES

As Aplicações estão compostas por:

	30/06/2018	31/12/2017
Ativos Financeiros Mantidos Para Negociação	91.260	157.773
Cotas de Fundos de Investimentos	56.596	103.290
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	34.664	54.483
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-	268
Ações Negociáveis	<u>-</u> _	268
TOTAL	91.260	158.041

a) Ativos Financeiros Mantidos para Negociação

Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação contabilizados pelo seu Valor Justo são apresentados na tabela a seguir:

	30/06/2018	31/12/2017
Cotas de Fundos de Investimentos	56.596	103.290
Fundos de Investimentos	11	67.008
Letras Financeiras do Tesouro	56.585	6.234
Letras do Tesouro Nacional	-	10.572
Notas do Tesouro Nacional	-	19.476
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	34.664	54.483
Letras Financeiras do Tesouro	34.664	54.483
TOTAL	91.260	157.773

O valor justo, por vencimento dos Ativos Financeiros Mantidos para Negociação foram os seguintes:

	30/06/2018	31/12/2017
Sem vencimento	11	67.008
Até um ano	30.977	28.378
De um a cinco anos	57.015	62.387
De cinco a dez anos	3.257	-
TOTAL	91.260	157.773

b) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

O valor justo e o custo ou custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são apresentados na tabela a seguir:

	30/06/2018	31/12/2017
Ações	-	268
TOTAL	-	268

O valor justo dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, por vencimento, são os seguintes:

	30/06/2018	31/12/2017
Sem vencimento	-	268
TOTAL	-	268

Durante o período findo em 30/06/2018 e 31/12/2017 não reconhecemos perda por redução ao valor recuperável para os Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

c) Movimentação das aplicações

		30/06/2018		
	Mantido para Negociação	Disponível para Venda	TOTAL	TOTAL
Saldo Inicial	157.773	268	158.041	157.790
Aplicações	22.673	-	22.673	6.943
Principal resgate	(92.038)	(268)	(92.306)	(22.273)
Resultado financeiro	2.852	`- `	2.852	15.581
Saldo Final	91.260	-	91.260	158.041

d) Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos níveis de hierarquia de Valor Justo em 31/12/2017 e 31/12/2016 para nossos Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

	30/06/2018			31/12/2017		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	34.664	56.596	91.260	54.483	103.290	157.773
Fundos de Investimento		56.596	56.596		103.290	103.290
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	34.664	-	34.664	54.483	-	54.483
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda					268	268
Títulos de Dívida de Empresas				-	268	268

e) Exposição Máxima dos Ativos Financeiros Segregados por Setor de Atividade

	30/06/2018	%	31/12/2017	%
Setor Público	91.249	99,99%	90.765	57,43%
Serviços	11	0,01%	67.276	42,57%
TOTAL	91.260	100,00%	158.041	100,00%

O quadro abaixo apresenta a carteira dos ativos financeiros classificados por nível de risco em:

30/06/2018			31/12/2017			
Classificação Interna	Mantidos para Negociação	Disponíveis para Venda	Total	Mantidos para Negociação	Disponíveis para Venda	Total
Baixo	91.260	-	91.260	157.773	268	158.041
TOTAL	91.260	-	91.260	157.773	268	158.041
%	100,00%	0,00%	100,00%	99,83%	0,17%	100,00%

A tabela abaixo demonstra a correspondência entre os níveis de risco atribuídos pelos modelos internos do grupo (baixo, médio e alto) e a probabilidade de inadimplência (PD) associada a cada um desses níveis.

Classificação Interna	PD
Baixo	Menor ou igual a 4,44%
Médio	Maior que 4,44% e menor ou igual a 25,95%
Alto	Maior que 25,95%

f) Instrumentos Financeiros Derivativos – Em 30/06/2018 e 31/12/2017 não existiam posições em aberto no mercado de derivativos, exceto as operações realizadas nos fundos de investimentos.

NOTA 4 - CONTRATOS DE SEGUROS

a) Contratos de Seguros

A ITAUSEG SEGURADORA, disponibiliza ao mercado, através de correspondente bancário, produtos de seguros aderentes as exigências regulatórias.

b) Principais Produtos

I- Seguros

A ITAUSEG SEGURADORA, está autorizada a operar com seguros de ramos elementares e seguros de vida, sendo que o foco de atuação é seguros de pessoas.

Os riscos de seguros comercializados pelas seguradoras do Conglomerado Itaú Unibanco se dividem em seguros elementares e seguros de vida.

- Seguros Elementares: garantem as perdas, danos ou responsabilidades sobre objetos ou pessoas, excluída desta classificação os seguros do ramo vida;
- Seguros de Vida: incluem cobertura contra risco de morte e acidentes pessoais.

II) Prêmios a Receber e Redução ao Valor Recuperável, considerando os Prazos Médios de Vencimento

	Vinc	endos	Ven	cidos	Redução ao Va	lor Recuperável	To	otal
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
de 1 a 30 dias	689	650	-	-	-	-	689	650
de 31 a 60 dias	-	345	-	-	-	-	-	345
Total	689	995	-	-	-	-	689	995

III) Prêmios a Receber - Movimentação

	30/06/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	995	632
(+)Prêmios Emitidos Líquidos(*)	2.114	7.980
(-)Recebimentos	(2.132)	(8.789)
(-)Redução ao Valor Recuperável	-	1.150
(+/-)Prêmios-Riscos Vigentes não Emitidos (*)	(288)	22
Saldo Final	689	995

(*) Não considera os prêmios de convênio DPVAT (R\$ 24.006 em 31/12/2017)

c) Provisões Técnicas de Seguros

As provisões técnicas de seguros são calculadas de acordo com notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP e critérios estabelecidos pela legislação vigente.

I - Descrição das Provisões Técnicas de Seguros

- Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) Constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo. A provisão deve contemplar estimativa para os riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE);
- Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) Constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a pagamentos únicos e rendas vencidas, de sinistros avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido;
- Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR) Constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido;
- Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) Constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros e benefícios.
- Provisão Complementar de Cobertura (PCC) Constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme apurado no Teste de Adequação de Passivos, de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor.
- Provisão de Excedentes Técnicos (PET) Constituída para garantir os valores destinados à
 distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnicos na operacionalização de seus contratos,
 caso haja sua previsão contratual, conforme regulamentação em vigor;

II - Movimentação das Provisões Técnicas de Seguros

Abaixo seguem detalhes da movimentação dos saldos das Provisões Técnicas das operações de seguros:

Provisões Técnicas - Composição

	30/06/2018	31/12/2017
Prêmios não Ganhos	3.759	8.551
Sinistros a Liquidar (*)	5.935	15.831
Sinistros / Eventos Ocorridos e não Avisados - IBNR	2.285	59.858
Despesas Relacionadas	235	678
TOTAL	12.214	84.918
Circulante	12.207	84.016
Não circulante	7	902

^(*) A Tabela de Desenvolvimento de Sinistros a Liquidar está demonstrada na Nota 4el.

Provisões Técnicas - Movimentação

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 31/12/2017
Saldo Inicial	84.918	103.649
(+) Adições decorrentes de prêmios	1.826	32.008
(-) Diferimento pelo risco decorrido	(6.618)	(48.854)
(-) Pagamento de sinistros / benefícios	(949)	(17.851)
(+) Sinistros avisados	866	18.046
(+) Atualização das provisões e excedente financeiro	-	10.066
(+/-) Outras (constituição/reversão)	(67.829)	(12.146)
Saldo Final	12.214	84.918

Os valores dos bens e direitos vinculados à SUSEP em cobertura das provisões técnicas estão demonstrados no quadro abaixo:

	30/06/2018	31/12/2017
Total das Provisões Técnicas	12.214	84.918
(-) Custo de Aquisição Diferidos Redutores (1)	(1.210)	(2.551)
(-)Provisões do Consórcio DPVAT	<u>-</u>	(66.908)
Montante a ser Garantido	11.004	15.459
Títulos Públicos	-	54.483
Cotas de Fundos de Investimentos - Renda Fixa	14.261	36.292
Garantias das Provisões Técnicas	14.261	90.775
Cobertura Excedente	3.257	75.316

⁽¹⁾ Conforme Circular SUSEP nº 517/215 e alterações posteriores, as sociedades seguradoras podem deduzir do total das provisões técnicas constituídas as parcelas de prêmios e de sinistros transferidas a terceiros em operações de resseguros e retrocessão, como também, os custos de aquisição diferidos.

d) Custo de Aquisição Diferido

Os custos de aquisição diferidos de seguros diretos são os custos, diretos e indiretos, incorridos para vender, subscrever e iniciar um novo contrato de seguro.

Os custos diretos, basicamente, estão representados pelas comissões pagas a corretores, agenciamento e angariação e são diferidas para amortização proporcional ao reconhecimento da receita de prêmio ganho, ou seja, em função do decurso da vigência do risco, pelo prazo correspondente ao contrato de seguros, conforme normas de cálculos vigentes.

Os saldos estão registrados no ativo na rubrica Custo de Aquisição Diferido de Seguros (bruto de resseguros) e sua movimentação está demonstrada no quadro a seguir:

	30/06/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	3.933	13.061
(+)Constituições	1.296	5.126
(-)Amortizações	(3.509)	(14.254)
Saldo Final	1.720	3.933
Circulante	1.662	3.443
Não Circulante	58	490

e) Tabela de Desenvolvimento de Sinistros

Mudanças podem ocorrer no montante de obrigações do grupo ao final de cada fechamento anual. A tabela a seguir demonstra este desenvolvimento pelo método dos sinistros ocorridos. A parte superior da tabela ilustra como a estimativa do sinistro se desenvolve através do tempo e a parte inferior reconcilia os valores pendentes de pagamento contra o valor do passivo divulgado no balanço.

A provisão de sinistros a liquidar estava composta da seguinte forma, no fechamento semestral de 30/06/2018:

| - Bruto de Resseguro

Provisão de sinistros a liquidar (1)	5.935
(-) Operações DPVAT	-
Total Apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros	5.935

⁽¹⁾ Sinistros a liquidar, demonstrados na nota 4cII. Não há operação de resseguro.

la - Sinistros Administrativos - Bruto de Resseguro

Data de Cadastro	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2018	Total
No ano de divulgação	9.274	12.156	11.278	6.565	4.433	
1 ano depois	8.701	11.631	11.306	6.425		
2 anos depois	8.655	11.621	11.203			
3 anos depois	8.624	11.246				
4 anos depois	8.587					
Estimativa corrente	8.587	11.246	11.203	6.425	4.433	
Pagamentos acumulados até a data base	8.587	10.818	9.586	4.697	2.355	36.043
Passivo reconhecido no balanço	-	428	1.616	1.728	2.078	5.850
Passivo em relação a períodos anteriores					,	-
Total de Sinistros Administrativos						5.850

Ib - Sinistros judiciais - Bruto de Resseguro

Data de cadastro	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2018	Total
No ano de divulgação	-	20	2	122	3	
1 ano depois	13	55	3	116		
2 anos depois	28	89	3			
3 anos depois	28	106				
4 anos depois	28					
Estimativa corrente	28	106	3	116	-	
Pagamentos acumulados até a data base	28	47	-	94	-	169
Passivo reconhecido no balanço		59	3	23		85
Passivo em relação a períodos anteriores					, , , ,	-
Total de sinistros judiciais						85

II- Sinistros a Liquidar - Judiciais

	Quant	Quantidade		lor	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	
Saldo Inicial	14	14	116	7	
Novas constituições no período	6	3	4	45	
Baixa da provisão por êxito, alteração de estimativas ou probabilidades	(2)	(3)	(39)	41	
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	-	= ' '	7	23	
Pagamentos efetuados no período	=	-	(3)	-	
Saldo Final	18	14	85	116	

O valor de abertura do sinistro judicial refere-se ao valor contábil da data do registro de recebimento da ação baseado na estimativa de perda da seguradora na época.

f) Teste de Adequação de Passivo

A seguradora deverá realizar o Teste de Adequação de Passivos (TAP), confrontando o valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa projetado. Considerar na estimativa todos os fluxos de caixa relacionados ao negócio é o requisito mínimo para realização do teste de adequação.

As premissas utilizadas no teste foram:

a) Os critérios de agrupamento de riscos consideram grupos sujeitos a riscos similares e gerenciados em conjunto como uma única carteira;

O prazo médio pendente de pagamento dos sinistros judiciais está relacionado ao prazo do desfecho do processo judicial.

Valores bruto de resseguros, inclui DPVAT Run Off, não contemplado na tabela de desenvolvimento de sinistros.

As ações relacionadas a DPVAT (R\$8.289 em 31/12/2017) não estão consideradas nesta nota por estarem no controle do consórcio.

- b) A relevante estrutura a termo de taxa de juros livre de risco foi definida conforme metodologia interna da ITAUSEG SEGURADORA, com autorização da SUSEP;
- c) A metodologia para teste de todos os produtos é baseada em projeção de fluxos de caixa, usando como premissas a sinistralidade média observada;
- d) Cancelamentos e despesas administrativas são revistos periodicamente e baseiam-se nas melhores práticas e na análise da experiência da ITAUSEG SEGURADORA. Desta forma, representam as melhores estimativas para as projeções das estimativas correntes.

O Teste de Adequação de Passivo não indicou insuficiência.

g) Riscos das Operações de Seguros

O Conglomerado Itaú Unibanco dispõe de comitês específicos, cuja atribuição é definir a administração dos recursos provenientes das Provisões Técnicas de Seguros, estabelecer diretrizes para administração destes recursos com objetivo de rentabilidade a longo prazo e definir modelos de avaliações, limites de risco e estratégias de alocação de recursos em ativos financeiros definidos. Tais foros são integrados não apenas por executivos e pelos responsáveis diretos pelo processo de gestão do negócio, mas igualmente por profissionais com funções de direção ou coordenação das áreas comerciais e financeiras.

A seguradora oferta seus produtos aos clientes por correspondente bancário. A produção de DPVAT é oriunda da participação que as seguradoras do Conglomerado Itaú Unibanco tem na Seguradora Líder dos Consórcios de DPVAT.

Risco de Seguro - Efeito de mudanças nas premissas atuariais

Os seguros de vida são produtos, em geral, de média ou longa duração e os principais riscos envolvidos no negócio podem ser classificados como risco biométrico, risco financeiro e risco comportamental.

Risco biométrico refere-se a: i) aumento acima do esperado nas expectativas de longevidade em produtos com cobertura por sobrevivência (Vida com Cobertura de Sobrevivência, em sua maioria) e ii) queda acima do esperado nas expectativas de mortalidade em produtos com cobertura por morte (seguros de vida, em sua maioria).

Produtos que oferecem uma garantia financeira predefinida em contrato carregam um risco financeiro intrínseco ao seu risco de subscrição, sendo esse risco considerado como risco de seguro.

Risco comportamental refere-se ao aumento acima do esperado nas taxas de conversão em renda, resultando em aumento nas despesas com pagamento de benefícios de aposentadoria.

As estimativas das premissas atuariais são baseadas na análise histórica da ITAUSEG SEGURADORA, benchmarks de mercado e na experiência do atuário.

Para mensurar o efeito de mudanças nas premissas atuariais, foram realizados testes de sensibilidade nos valores das estimativas correntes dos fluxos de caixa das obrigações futuras. A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado do exercício e o patrimônio liquido da data do balanço. Os resultados da analise de sensibilidade foram os seguintes:

	Impactos no Resultado e Patrimônio Líquido (*)					
	30/06/2018		31/12/2017			
	Seg	uros	Segi	uros		
Premissas atuariais	Bruto de Resseguros	Líquido de resseguros	Bruto de Resseguros	Líquido de resseguros		
Cenário com acréscimo de 0,1 % na Taxa de Juros Livre de Risco Cenário com decréscimo de 0,1 % na Taxa de Juros Livre de Risco	4 (4)	4 (4)	6 (6)	6 (6)		
Cenário com acréscimo de 5% nos Sinistros Cenário com decréscimo de 5% nos Sinistros	(245) 245	(245) 245	(312) 311	(312) 311		

^(*) Valores líquidos dos efeitos tributários.

h) Gestão de Risco Antes e Depois de Resseguro dos Maiores Ramos de Atuação

	Prêmios Emiti	Prêmios Emitidos Diretos		Retidos
	30/06/2018	30/06/2018 30/06/2017 30/06/2018		30/06/2017
Vida em Grupo	1.547	4.256	1.547	4.256
Prestamista	-	-	=	=
Acidentes Pessoais Coletivo	279	1.581	279	1.581
DPVAT	-	16.132	-	16.132
TOTAL	1.826	21.969	1.826	21.969

^{*}Não houve cessão de prêmio de resseguros em 2018.

i) Índice de Sinistralidade e Comercialização dos Maiores Ramos de Atuação

	Sinistralida	ade % (*)	Comercializ	ação % (*)
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
DPVAT	-	83,7	-	1,2
Vida em Grupo	(61,2)	(55,0)	(353,4)	(433,2)
Acidentes Pessoais Coletivo	(29,5)	49,4	157,6	81,2
Prestamista	13,7	(8,0)	(45,1)	(31,9)

^(*) O sinistro e comercialização utilizados como base de cálculo estão líquidos de resseguro e calculados sobre prêmios ganhos líquidos de resseguros. Consideramos como base para maiores ramos os Prêmios Ganhos Líquidos de Resseguros.

j) Depósito de Terceiros

	Prêmios e Emolum	Prêmios e Emolumentos Recebidos			
	30/06/2018	31/12/2017			
de 1 a 30 dias	(153)	(653)			
de 31 a 60 dias	102	241			
de 61 a 120 dias	2	(101)			
de 121 a 180 dias	-	(982)			
de 181 a 365 dias	(203)	682			
superior a 365 dias	1.469	2.079			
TOTAL	1.217	1.266			

k) Capital para a Atividade de Seguros

O CNSP – Conselho Nacional de Seguros Privados alterou em dezembro de 2017 os requisitos de cálculo de capital regulatório de seguros com a divulgação da Resolução CNSP nº 360/2017 e alterações posteriores. O normativo dispõe sobre as regras de capital regulamentar exigido para autorização e funcionamento das sociedades seguradoras, vida e previdência, capitalização e as regras de cálculo de capital provenientes dos riscos de crédito, subscrição, operacional e mercado.

Patrimônio Líquido Ajustado, Margem de Solvência e Capital Mínimo Requerido

O quadro abaixo, demonstra o cálculo da suficiência de capital, de acordo com as resoluções vigentes.

	30/06/2018	31/12/2017
Patrimônio Líquido	78.076	75.581
Patrimônio líquido ajustado	78.076	75.581
Capital Base	15.000	15.000
Capital Adicional de Risco de Subscrição	1.187	1.584
Capital Adicional de Risco de Crédito	196	2.831
Capital Adicional de Risco Operacional	95	289
Capital Adicional de Risco de Mercado	158	219
Benefício da Correlação entre Risco	(194)	(692)
Capital de Risco	1.442	4.231
Capital Mínimo Requerido (1)	15.000	15.000
Suficiência de Capital (2)	63.076	60.581

⁽¹⁾ O Capital Mínimo Requerido passou a ser o maior valor entre o Capital Base e o Capital de Risco, conforme Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações posteriores A partir de 31/12/2017, o capital adicional Risco de Mercado é ponderado a 100%.

A liquidez em relação ao Capital de Risco 30/06/2018 é de R\$ 288 (R\$ 837 em 31/12/2017), conforme Resolução CNSP nº 343/2016. A nota 4c de cobertura de provisões técnicas apresenta R\$R\$ 3.257 (R\$ 75.316 em31/12/2017) de cobertura excedente.

⁽²⁾ A Suficiência de Capital corresponde ao resultado obtido do cálculo do Patrimônio Líquido Ajustado, menos o Capital Mínimo Requerido.

NOTA 5 - DETALHAMENTO DE CONTAS

a) Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017	
Serviços de terceiros	(792)	(785)	
Publicidade	(94)	(1.025)	
Localização e funcionamento	(2)	(103)	
Consórcio DPVAT	-	(30)	
Outras	(104)	(107)	
Total	(992)	(2.050)	

b) Resultado Financeiro

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017	
Receitas Financeiras	_		
Cotas de Fundos de Investimento	1.559	5.707	
Títulos de Renda Fixa	1.293	3.107	
Outras	1.049	121	
Total	3.901	8.935	
Despesas Financeiras			
Operações de Seguros	(24)	(3.737)	
Outras	(1.051)	(1)	
Total	(1.075)	(3.738)	
Resultado Financeiro	2.826	5.197	

NOTA 6 - TRIBUTOS

a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

I - Os montantes registrados como despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social nas Demonstrações Financeiras são reconciliados com as alíquotas legais como segue:

Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		01/01 a 30/06/2017	
Resultado Antes dos Impostos	4.413	9.001	
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes (Nota 2.5c) Acréscimos/Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social		(4.050)	
decorrentes de:			
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	68	(308)	
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.918)	(4.358)	

II - As Despesas com Tributos: R\$ (565) (R\$ (1.938) de 01/01 a 30/06/2017) são representadas principalmente por PIS/COFINS no montante de R\$ (270) (R\$ (1.194) de 01/01 a 30/06/2017).

b) Estimativa de Realização dos Créditos Tributários

A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários, da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos existentes em 30/06/2018, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

	Créditos Tributários	%
2018	25	41%
2019	15	24%
2020	7	11%
2021	3	5%
2022	2	3%
Acima de 2022	10	16%
Total (**)	62	100%
Valor Presente (*)	57	

^(*) Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, basicamente ao volume de operações de seguros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e contribuição social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, recomendamos que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

Considerando os efeitos temporários trazidos pela Lei nº 13.169/15, que elevou a alíquota da contribuição social para 20% até 31 de Dezembro de 2018, os créditos tributários foram contabilizados com base na expectativa de sua realização. Em 30/06/2018 e 30/06/2017, não existiam Créditos Tributários não contabilizados.

NOTA 7 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em AGO/E de 29/03/2018, homologada pela SUSEP, foi aprovado o grupamento de ações, na proporção de 1 (uma) ação ordinária para cada 1500 (mil e quinhentas), passando de 35.294.118 ações ordinárias nominativas para 23.528 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, a importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto no Estatuto Social.

NOTA 8 – GERENCIAMENTO DE RISCO

Em linha com as boas práticas nacionais e internacionais e para garantir que os riscos oriundos dos produtos de seguros, previdência e capitalização sejam adequadamente identificados, mensurados, avaliados, reportados e aprovados nos fóruns pertinentes, a ITAUSEG SEGURADORA possui estrutura de gerenciamento de riscos, análoga à estrutura utilizada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, cujas diretrizes são estabelecidas em normativo institucional, aprovado pelo seu Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias expostas aos riscos de seguros, previdência e capitalização, no Brasil e exterior.

O processo de gerenciamento dos riscos é independente e foca nas especificidades de cada risco. Por fim, a ITAUSEG SEGURADORA tem como objetivo assegurar que os ativos garantidores dos produtos de longo prazo, com retornos mínimos garantidos, sejam geridos de acordo com as características do passivo, visando ao seu equilíbrio atuarial e à solvência no longo prazo.

^(**) Crédito Tributário demonstrado no BP.

Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A política institucional de gerenciamento de risco de mercado encontra-se aderente à Resolução CMN 3.464 e alterações posteriores, constituindo um conjunto de princípios que norteiam a estratégia no controle e gerenciamento de risco de mercado de toda a instituição.

A estratégia de gerenciamento de riscos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Perfil da carteira do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- Capacidade de atuar em mercados específicos.

A estrutura de controle de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a função de:

- Proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- Promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco global e sua evolução no tempo;
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Monitorar e evitar a concentração de riscos.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazêlos viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança.

O CMN possui regulamentos que estabelecem a segregação de exposição ao risco de mercado em fatores de risco, tais como: taxas de juros, taxas de câmbio, ações e commodities. Os índices de inflação brasileiros também são tratados como um grupo de fatores de risco e seguem a mesma estrutura de governança de limites.

A estrutura de limites e alertas é alinhada com as diretrizes do Conselho de Administração, sendo revisada e aprovada anualmente. Esta estrutura conta com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar sua concentração. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio, a liquidez, a complexidade e as volatilidades dos mercados, bem como o apetite de risco da instituição.

As análises do risco de mercado, em relação às operações de seguros, são realizadas com base nas seguintes métricas e medidas de sensibilidade e de controle de perdas:

- Valor em Risco (VaR): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);
- Sensibilidade (DV01- Delta Variation): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador e 1 ponto percentual no preço de ações; e
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor de mercado ("MtM – Mark to Market").

Na tabela, apresenta-se a análise de sensibilidade (DV01 – Delta Variation) em relação às operações de seguros:

Classe	30/06/2018	30/06/2018			
Classe	Saldo Contábil DV01		Saldo Contábil	DV01	
Ações	-	-	268	3	
Ativos Pós-Fixados	46.605	-	127.725	-	
Compromissadas Over	44.655	-	30.048	-	
TOTAL(*)	91.260		158.041		

^(*) Apresentado no Balanço Patrimonial na rubrica Aplicações.

Risco de Liquidez

A ITAUSEG SEGURADORA identifica o risco de liquidez como o risco de escassez de recursos líquidos, disponíveis para honrar suas obrigações correntes num determinado momento. O gerenciamento do risco de liquidez para as operações de seguros é feito de forma contínua, a partir do monitoramento do fluxo de pagamentos relativo aos seus passivos, vis a vis o fluxo de recebimentos gerado pelas suas operações e pela carteira de ativos financeiros.

Os ativos financeiros são gerenciados com o objetivo de otimizar a relação entre o risco e o retorno dos investimentos, levando em conta, de forma parcimoniosa, as características dos seus passivos. O controle integrado de risco, leva em conta os limites de concentração por emissor e risco de crédito, as sensibilidades e limites de risco de mercado e o controle de risco de liquidez dos ativos. Dessa forma, os investimentos são concentrados em títulos públicos e privados com boa qualidade de crédito em mercados ativos e líquidos, mantendo montante considerável investido em ativos de curto prazo, com liquidez imediata, para fazer frente às necessidades regulares e contingenciais de liquidez. Além disso, a ITAUSEG SEGURADORA efetua um constante monitoramento das condições de solvência de suas operações de seguros.

Passivo	Ativo	30/06/2018			31/12/2017		
•		Valor do	DU do	DU do	Valor do	DU do	DU do
Operações de Seguros	Ativo Garantidor	Passivo (1)	Passivo (2)	Ativo (2)	Passivo (1)	Passivo (2)	Ativo (2)
Prêmios não Ganhos	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e LF	3.759	10,3	12,2	8.551	11,9	19,8
IBNR, PDR e PSL	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e LF	8.455	10,3	12,2	76.367	11,9	19,8
Outras Provisões	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e LF	-	-	-	-	-	-
Total Provisões Técnicas		12.214			84.918		

⁽¹⁾ Valores Brutos de Direitos Creditórios, Depósitos Judiciais e Resseguro

⁽²⁾ DU = Duration em meses.

Risco de Crédito

A ITAUSEG SEGURADORA entende o risco de crédito como o risco de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Assim, para um contrato de seguro, o risco de crédito inclui o risco de que a seguradora venha a incorrer em perda financeira devido ao não cumprimento das obrigações decorrentes de um contrato, decorrente da insolvência ou falta de liquidez das resseguradoras, segurados e emissores de ativos financeiros.

Resseguro

Em relação às operações de resseguro, faz parte da política interna não haver concentração excessiva em um único ressegurador. Adicionalmente observamos as determinações da SUSEP quanto aos resseguradores que operamos, notadamente, o item "classificação de solvência, emitida por agência classificadora de risco".

Para visão detalhada da exposição ao risco de ressegurador consultar Nota 4 - Contrato de Seguros.

Prêmio a receber

Para o risco de crédito decorrente dos prêmios vencidos, a ITAUSEG SEGURADORA possui metodologia própria, validada por consultoria externa, para provisionar o valor recuperável de prêmios de seguros. Esta metodologia permite uma redução no valor recuperável no caso de prêmios a receber vencidos e não pagos, referentes a apólices que não tenham sido canceladas. O comportamento deste risco é monitorado trimestralmente quando ocorre a atualização do modelo.

Para visão detalhada da exposição ao risco de prêmios a serem recebidos consultar Nota 4 - Contrato de Seguros.

Ativos Financeiros

A exposição ao risco de crédito, decorrente de títulos privados utilizados como ativos garantidores para as provisões técnicas, são monitorados diariamente, por área independente à área de investimentos. O limite de exposição é aprovado em comitês superiores e reportado diariamente a aderência à área de risco de crédito e investimento.

Para visão detalhada da exposição ao risco de prêmios a serem recebidos consultar Nota 3 – Aplicações.

O documento "Relatório de Acesso Público", que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de mercado, liquidez e crédito, pode ser visualizado no site https://www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas.

NOTA 9 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Comitê de Auditoria Único Em atendimento à Resolução nº 321, de 15/07/2015, do CNSP, a ITAUSEG SEGURADORA, aderiu ao Comitê de Auditoria Único instituído pelo Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, por intermédio da instituição líder Itaú Unibanco Holding S.A. O resumo do relatório do referido Comitê foi divulgado em conjunto com as Demonstrações Financeiras da instituição líder.
- **b)** A ITAUSEG SEGURADORA desligou-se dos Consórcios do Seguro DPVAT em 01/01/2018 conforme Carta PRESI N º 004/2018.